

# CRISE CLIMÁTICA E RACISMO AMBIENTAL: DESAFIOS E RESPOSTAS PARA AS CIDADES (SESSÃO LIVRE)

**Monique Mezeses Urra**

UFPI | moniquemenezes@ufpi.edu.br

**Tatiana Tucunduva Philippe Cortese**

UNINOVE | tatianatpc@uni9.pro.br

**Resumo geral:** Essa sessão livre traz uma discussão ampla e integrada sobre os desafios climáticos e as desigualdades sociais, abordando a interseção entre a crise climática e o racismo ambiental, com foco nas respostas que podem ser dadas através do planejamento urbano e das políticas públicas. A crise climática, resultante principalmente da atividade humana, como a emissão de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da queima de combustíveis fósseis, desmatamento e práticas agrícolas, tem causado o aumento da temperatura global, o derretimento das calotas polares, o aumento do nível do mar e a maior frequência de eventos climáticos extremos, como secas, inundações e tempestades. Esses impactos geram uma série de desafios socioeconômicos, especialmente nas áreas urbanas, onde as populações mais vulneráveis, muitas vezes as mais pobres e marginalizadas, enfrentam as maiores adversidades. As comunidades negras, indígenas e periféricas, em particular, são frequentemente as mais expostas aos efeitos adversos das mudanças climáticas, uma vez que essas populações vivem em áreas de risco, com infraestrutura precária e acesso limitado aos recursos necessários para adaptação.

A interseção entre a crise climática e o racismo ambiental se dá pela desigualdade na distribuição dos riscos e benefícios urbanos, onde as populações vulneráveis são as mais afetadas pelos desastres naturais e pela degradação ambiental. A falta de infraestrutura urbana resiliente, como sistemas de saneamento e abastecimento de água, agrava ainda mais as condições de vida dessas populações. Além disso, a crise climática tende a ampliar as desigualdades sociais, uma vez que os impactos ambientais são mais severos nas comunidades mais empobrecidas, que têm menos recursos para mitigar ou se adaptar aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

As políticas públicas desempenham um papel fundamental no enfrentamento desses desafios, sendo essenciais tanto para a mitigação das emissões de GEE quanto para a adaptação às mudanças climáticas. A mitigação envolve a redução das emissões de gases de

efeito estufa por meio da transição para fontes de energia renováveis, maior eficiência energética e uso sustentável da terra. Já a adaptação foca em preparar as populações para os impactos já inevitáveis da crise climática, com o fortalecimento da infraestrutura urbana, o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce para desastres naturais e a promoção de práticas agrícolas resilientes. A adaptação climática também requer a criação de zonas de resiliência nas cidades, protegendo as áreas mais vulneráveis e garantindo que as comunidades marginalizadas tenham acesso a recursos para lidar com os efeitos das mudanças climáticas.

Nesse contexto, o planejamento urbano emerge como uma ferramenta essencial para a implementação dessas soluções. O planejamento urbano sustentável deve incorporar práticas de infraestrutura verde, como parques urbanos, corredores ecológicos e telhados verdes, que ajudam a reduzir os efeitos das ilhas de calor e melhoram a qualidade do ar nas cidades. Além disso, o planejamento deve promover a mobilidade urbana sustentável, incentivando o uso de transportes públicos eficientes e veículos elétricos, além de expandir as ciclovias e outras formas de transporte não poluentes. O planejamento também deve garantir o acesso das populações vulneráveis a habitação sustentável, utilizando a regularização fundiária como uma ferramenta para reduzir as desigualdades urbanas, proporcionando segurança territorial e acesso a infraestrutura básica.

Além disso, as políticas de justiça climática são imprescindíveis para garantir que os benefícios das soluções climáticas sejam distribuídos de maneira equitativa, levando em consideração as necessidades das populações periféricas e das comunidades marginalizadas, que enfrentam as maiores dificuldades em termos de adaptação e resiliência. A educação ambiental e a conscientização social também são componentes essenciais para garantir que todos os setores da sociedade, incluindo os mais vulneráveis, participem ativamente na construção de cidades mais resilientes e adaptadas às mudanças climáticas.

Esse painel visa, portanto, apresentar as principais estratégias para enfrentar a crise climática, destacando o papel central do planejamento urbano e das políticas públicas na construção de cidades resilientes e justas. Ao integrar as questões climáticas com a justiça social, será possível criar soluções que não apenas mitiguem os impactos ambientais, mas também promovam a inclusão e a equidade no desenvolvimento urbano.

## **CRISE CLIMÁTICA: CONCEITOS, DESAFIOS E SOLUÇÕES**

**Tatiana Tucunduva Philippe Cortese**

UNINOVE | [tatianatpc@uni9.pro.br](mailto:tatianatpc@uni9.pro.br)

A crise climática refere-se ao conjunto de mudanças significativas e duradouras nos padrões climáticos globais, resultantes da atividade humana, especialmente pela emissão de gases de efeito estufa (GEE), como dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e metano (CH<sub>4</sub>). Esses gases, provenientes da queima de combustíveis fósseis, desmatamento e práticas agrícolas, têm aumentado a concentração de calor na atmosfera, levando ao aquecimento global. Esse

fenômeno, por sua vez, tem provocado alterações no clima, como elevação da temperatura média global, derretimento das calotas polares, aumento do nível do mar e maior frequência de eventos climáticos extremos, como secas, tempestades e inundações.

Os desafios impostos pela crise climática são amplos e afetam vários setores da sociedade e da economia. A elevação do nível do mar ameaça regiões costeiras, aumentando o risco de desabamentos e perda de biodiversidade. O impacto sobre a agricultura é evidente, com a alteração de estações climáticas que afeta a produtividade das colheitas, especialmente em áreas vulneráveis. Além disso, a crise climática exacerbada contribui para o agravamento das desigualdades sociais, pois as populações mais vulneráveis, muitas vezes as mais pobres, são as mais afetadas pelos efeitos adversos.

Outro grande desafio é a adaptação das infraestruturas urbanas e rurais para lidar com os novos padrões climáticos. A adaptação envolve mudanças em infraestruturas de saneamento, fornecimento de água, energia e sistemas de transporte, além da implementação de políticas públicas voltadas à mitigação dos impactos climáticos.

As soluções para enfrentar a crise climática podem ser divididas em duas abordagens principais: mitigação e adaptação. A mitigação envolve ações para reduzir as emissões de GEE, como a transição para fontes de energia renováveis, maior eficiência energética e o uso sustentável da terra. O aumento da conscientização e da educação ambiental também são componentes essenciais.

Já a adaptação foca em preparar a sociedade para conviver com os impactos inevitáveis da crise climática. Isso inclui o fortalecimento da infraestrutura urbana, o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce para desastres climáticos e a promoção de práticas agrícolas resilientes.

A atuação governamental, aliada ao setor privado e à sociedade civil, é vital para que as soluções propostas sejam eficazes e implementadas globalmente, com ações conjuntas que integrem os desafios sociais, ambientais e econômicos.

## **RACISMO AMBIENTAL E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: CONVERGÊNCIAS E DESIGUALDADES**

**Bárbara Dantas de Sousa**  
UNINOVE | barbaradantass@gmail.com

O racismo ambiental descreve as desigualdades ambientais e sociais que afetam de forma desproporcional as populações marginalizadas, como negros, indígenas e comunidades periféricas. Essas populações são frequentemente expostas a riscos ambientais, como desastres naturais e degradação do meio ambiente, devido a decisões de planejamento urbano e políticas públicas que ignoram ou exacerbam essas condições.

As mudanças climáticas exacerbam as desigualdades sociais existentes, afetando especialmente as populações vulneráveis. O aumento de eventos climáticos extremos, como secas e inundações, tem maior impacto nas áreas urbanas periféricas e nas zonas empobrecidas, onde a infraestrutura e os serviços públicos são inadequados. As populações marginalizadas são mais vulneráveis não apenas aos efeitos imediatos, mas também à falta de recursos para mitigar ou se adaptar aos impactos das mudanças climáticas.

A interseção entre racismo ambiental e mudanças climáticas é clara, pois as políticas urbanas e o uso desigual da terra resultam em uma distribuição de riscos e benefícios que perpetuam a desigualdade. Comunidades negras e indígenas, frequentemente situadas em áreas de risco, enfrentam condições de habitação precárias, o que as torna mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas. Além disso, a falta de acesso a tecnologias e recursos para adaptação aumenta sua vulnerabilidade.

O impacto das mudanças climáticas é um reflexo direto das desigualdades estruturais nas cidades e no campo. Populações indígenas, que dependem diretamente dos ecossistemas naturais, sofrem com a destruição da biodiversidade e alterações no clima. Já as comunidades negras urbanas, frequentemente localizadas em áreas sujeitas a inundações ou poluição, enfrentam riscos ambientais mais altos, devido a uma distribuição desigual de recursos e infraestrutura.

A solução para essas convergências exige políticas públicas inclusivas que reduzam as desigualdades ambientais e garantam a participação das comunidades afetadas. A adaptação às mudanças climáticas deve ser uma prioridade, com políticas de resiliência que considerem as disparidades sociais. Além disso, a conscientização sobre o racismo ambiental é essencial para entender as causas e os efeitos dessa interseção, possibilitando a criação de um ambiente mais justo e equitativo.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS COMO RESPOSTAS À CRISE CLIMÁTICA E AO RACISMO AMBIENTAL**

**Monique de Menezes Urra**

UFPI | [moniquemenezes@ufpi.edu.br](mailto:moniquemenezes@ufpi.edu.br)

O desenvolvimento de políticas públicas eficazes é crucial para enfrentar a crise climática e o racismo ambiental. Essas políticas devem combinar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, ao mesmo tempo que promovem a justiça social e reduzem as desigualdades ambientais, especialmente para as populações vulneráveis, que são as mais afetadas pelos impactos ambientais.

No Brasil, políticas como o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) e a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) são fundamentais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover a adaptação das populações aos efeitos das mudanças climáticas. A Lei nº 12.187/2009 e o Plano Decenal de Adaptação à Mudança do Clima (PDA)

destacam a importância da proteção de ecossistemas, da construção de infraestrutura resiliente e da adaptação das cidades às mudanças climáticas. Contudo, é fundamental implementar estratégias inclusivas que atendam as populações mais vulneráveis, frequentemente marginalizadas nas políticas urbanas.

A regularização fundiária é uma ferramenta-chave para enfrentar o racismo ambiental, garantindo às comunidades em risco acesso à terra e a infraestrutura necessária. A reforma urbana, com ênfase na gestão participativa, deve garantir que as políticas de habitação atendam às populações periféricas, criando ambientes urbanos mais seguros e resilientes. A criação de zonas de resiliência climática em áreas vulneráveis pode ser uma resposta eficaz aos impactos das mudanças climáticas.

Em nível internacional, o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fornecem diretrizes para políticas climáticas mais inclusivas. O ODS 13, que trata da ação climática, destaca a necessidade de promover a igualdade na implementação de políticas climáticas, enquanto o ODS 11 visa tornar as cidades mais resilientes e inclusivas. A meta 11.b desse ODS propõe aumentar a capacidade das cidades para integrar políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com foco em comunidades vulneráveis, que são as mais expostas aos riscos ambientais.

Portanto, a criação de políticas públicas integradas é essencial para combater a crise climática e as desigualdades ambientais. Tais políticas devem ser guiadas por uma visão de justiça social e ambiental, com a participação ativa das populações marginalizadas, promovendo a inclusão e o acesso equitativo às soluções climáticas e urbanas.

## **PLANEJAMENTO URBANO: IMPLEMENTANDO SOLUÇÕES PRÁTICAS PARA A CRISE CLIMÁTICA E O RACISMO AMBIENTAL NAS CIDADES**

**Débora Sotto**

IEA-USP | [dsotto@usp.br](mailto:dsotto@usp.br)

O planejamento urbano é uma ferramenta essencial para o enfrentamento da crise climática, especialmente em áreas urbanas, que são responsáveis por uma significativa parcela das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e, ao mesmo tempo, altamente vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Cidades enfrentam desafios como o aumento da temperatura, eventos climáticos extremos e o crescimento urbano desordenado, que muitas vezes não estão preparados para lidar com tais impactos. Assim, o planejamento urbano deve incorporar estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A adaptação climática nas cidades deve envolver o fortalecimento da infraestrutura urbana para resistir aos impactos das mudanças climáticas, como inundações, secas e ondas de calor. Isso pode incluir a infraestrutura verde, como parques urbanos, telhados verdes e jardins urbanos, que ajudam a reduzir o efeito das ilhas de calor e melhoram a qualidade do ar, além de promover zonas de resiliência climática que protejam as áreas mais vulneráveis. A gestão

integrada dos recursos hídricos, com sistemas de drenagem sustentável e o uso racional da água, também são componentes essenciais da adaptação climática no planejamento urbano.

Além disso, o planejamento urbano sustentável deve promover a mobilidade urbana sustentável, incentivando o uso de transportes públicos eficientes, a mobilidade elétrica e a construção de ciclovias. Isso não apenas reduz as emissões de GEE, mas também melhora a qualidade de vida nas cidades, tornando-as mais acessíveis e menos dependentes de combustíveis fósseis.

Uma das abordagens mais importantes no planejamento urbano, no contexto da crise climática, é a promoção de habitação sustentável e a regularização fundiária. A criação de políticas de habitação que incluam práticas sustentáveis e a reforma urbana inclusiva são essenciais para garantir que as populações vulneráveis tenham acesso a infraestrutura básica e habitação adequada, além de proteger as comunidades periféricas contra os riscos climáticos.

Portanto, o planejamento urbano é um instrumento chave para implementar soluções práticas de adaptação à crise climática. Ele deve ser orientado por uma visão integrada e inclusiva, levando em consideração as necessidades das populações mais vulneráveis, promovendo justiça social e criando cidades mais sustentáveis, resilientes e equilibradas.